



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria-Executiva do Conselho das Cidades
SAUS, Q. 01, Bloco "H", 12º andar, Sala 1210
Brasília – DF – CEP 70070
Tel.: (061) 2108.1641 conselho@cidades.gov.br

36ª Reunião da Coordenação-Executiva do Conselho das Cidades

Dia 1º de junho de 2015 – das 10h às 18h - Ministério das Cidades

PARTICIPANTES

Poder Público Federal: Paula Ravanelli/SRI; Isabela Sbampato Mcidades

Poder Público Estadual: Nelma Maria Lisboa/Governo de Sergipe

Poder Público Municipal: Francisco Lopes/ASSEMAE

Entidades do Movimento Popular: Neila Gomes/MNLM; Veneranda Oliveira Elias/CONAN; Vidal Barbosa da Silva/UNMP Wellington Oliveira Bernardo/CMP

Entidades Profissionais Acadêmicas e de Pesquisa: Darci Campani/ABES

Empresários: Herivelto Bastos/ACOMAC

Trabalhadores: Guilherme Carpintero/FNA

Organizações não Governamentais: Socorro de Paula Barbosa/Habitat para a Humanidade

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Assessores das Secretarias Técnicas: Alexandre Godeiro/ SNSA; Roberta Silva/SNAPU; Edson Leite Ribeiro/SNH

Secocond: Isabela Sbampato, João Ricardo Moniz, Ramana Jacques, Tereza Góes

RELATO

A reunião foi iniciada comunicando a solicitação do Conselho das Cidades da Paraíba para a inclusão de uma apresentação, ao Comitê de Habitação por ocasião da 45ª Reunião do Conselho, da experiência para produção de energia solar fotovoltaica e do manual desenvolvidos pela Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba. A Coordenação Executiva avaliou que a pauta do Comitê de Habitação já está muito carregada, talvez o assunto possa ser decidido no Comitê.

Em seguida foi apresentada a reivindicação de um assento no Conselho das Cidades do Mato Grosso do Sul pelo CAU- MS. Embora o grupo admita que a solicitação fosse obviamente deslocada, já que não pertence ao fórum do Concidades, há entendimento de que deve haver um debate sobre a questão mais geral. A classificação do CAU para o segmento dos Profissionais e Acadêmicos é inexata, observou-se que deveria estar inserida no segmento do Poder Público. Foi lembrado que durante as conferências, em todas as etapas, ocorrem frequentemente casos de professores universitários apresentarem-se como candidatos a conselheiros, sem serem representantes de entidades. Por causa destas dificuldades, verificou-se a necessidade de redefinição das características dos segmentos. Esta situação deve ser debatida para os devidos esclarecimentos na revisão do Regimento Interno do Conselho.

Sugeriu-se a transmissão na internet das reuniões do Conselho. Para tanto, a coordenação de tecnologia do Ministério deve ser consultada, bem como investigar se existe ata ou contrato disponível para empresa de filmagem.

Conselheiros fizeram relatos dos debates regionais do PPA. Um ponto fortemente enfatizado foi a demanda de recursos para a regularização fundiária. Solicitou-se que

fossem implementadas as medidas de publicização dos cadastros habitacionais do Minha Casa Minha Vida, recomendadas pela Resolução Recomendada nº 146, publicada no Diário Oficial da União em 20 de outubro 2014.

A seguir foi apresentada tabela sobre o andamento das últimas resoluções aprovadas pelo Conselho. Objetou-se que há perda de objeto para a resolução sobre ocupações em Palmas, que ainda está em tramitação, visto que já houve desdobramentos na situação que estava colocada por ocasião da sua aprovação.

Foi feito um relato sobre a 2ª Prepcom, com ênfase na posição do Brasil à favor da participação da sociedade civil e do credenciamento específico para os municípios. Em vista da falta de consenso a respeito das regras de participação, sugeriu-se a realização de uma reunião extraordinária para definir as regras de credenciamento das autoridades locais/ municipais e das organizações sociais.

Informou-se que o Governo Federal pretende fazer um evento em setembro com a intenção de proceder à avaliação dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) e da transição para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A respeito da 6ª Conferência, desaconselhou-se a sua realização em 2016 por ser um ano em que ocorrem eleições municipais, Olimpíadas e a Conferência Habitat III. Esta posição vai ser apresentada ao GT 6ª Conferência em 15 de junho e ao Plenário. A proposta é iniciar o processo das conferências municipais no início de 2016 e realizar a Conferência Nacional 2017.

Discutiu-se a frequência das reuniões da Coordenação Executiva, se vão continuar sendo mensais, tendo em vista da situação precária dos recursos orçamentários. Combinou-se realizar uma consulta para definir se haverá ou não reunião, abrindo 1 mês antes da reunião, um período de 5 dias para que os membros da Coordenação Executiva se manifestem.

Abordou-se a dificuldade em avançar com a proposta do SNDU. Sugeriu-se uma atuação do Conselho mais direcionada ao Congresso Nacional, uma vez que são identificadas fortes resistências no Executivo. Relatou-se que o GT SNDU do Ministério está aprofundando a reflexão a respeito do Sistema e vai apresentar ao Conselho uma proposta que completa a sua. A representante da SNAPU informou que vai ser lançada uma proposta de Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano. Na próxima reunião da Coordenação Executiva deve ser apresentado o texto do GT interno do Ministério.

Encaminhamentos

- Debater no GT que vai fazer a revisão do Regimento Interno do Conselho situações como a inserção de conselhos profissionais no segmento dos acadêmicos.
- Aprovar no Plenário o calendário da 6ª Conferência.
- Apresentar ao GT da 6ª Conferência descritivo para a licitação da empresa de eventos.
- Abrir, 1 mês antes da reunião, prazo de 5 dias para que os membros da Coordenação Executiva se manifestem sobre a pauta da reunião da Coordenação.